



A Luta Pela Terra no Campo Brasileiro: uma Análise de Dados (1990/2001)

Marco Antonio Mitidiero Júnior

Geógrafo, Mestre em Geografia Humana, Prof. Substituto do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Paraíba
mitidierosp@yahoo.com.br

Resumo: A partir da segunda metade da década de 90 o cotidiano político brasileiro conheceu uma nova face das manifestações sociais levadas a cabo pela sociedade civil. Os movimentos de Sem Terra, que não são formas de manifestação recentes, mas sim de grande parte da história deste país, iniciam na década de 90 uma intensificação nas ações combativas, geralmente representadas pelas ocupações de terra. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ganha projeção nacional/internacional, mas não constitui o único movimento em luta pela terra no campo brasileiro. Muitos outros movimentos, organizações independentes e instituições surgiram neste contexto, caracterizando uma constante tensão social no campo.

Palavras-chave: MST, luta pela terra, movimentos, organizações, instituições.

Abstract: After the second half of nineties, the political brazilian everyday knew a new face of the social manifestations get aver for civil society. The Landless Movements, that aren't forms of the recent manifestations, but they compose the history of this country, initiate in nineties a intensity in actions, generally represented for occupations of the land. The Landless Rural Workers Movement (MST) makes national and international projections, but it don't constitute the only movement in dispute for land in the brazilian countryside. Many others movements, independent organizations and institutions emerge in this context, characterizing a constant social tension in the countryside.

Key words: MST, dispute for land, movements, organizations, institutions.

INTRODUÇÃO

A exposição e análise dos dados a seguir, mostrarão quem são os movimentos, as organizações e as instituições que atuavam na luta pela terra no Brasil até o ano de 2002¹. Estes dados foram cedidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA); certamente são dados que apenas

se aproximam da realidade, pois muitos movimentos, de diversos Estados, não aparecem nos quadros porque não estão relacionados por tais instituições. As informações dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia são mais confiáveis, já que visitei as secretarias do INCRA (SP, MG e BA) e os Institutos de Terras (SP e MG) destes Estados. Há a possibilidade de muitos pequenos movimentos isolados não aparecerem nos dados compilados pelo gover-

¹ É necessário distinguir as formas de luta pela terra em: os movimentos sociais são aqueles movimentos de base/massa formados pelos próprios sujeitos envolvidos, autônomos e independentes a qualquer instituição legal (por exemplo, o MST); as organizações que possuem uma estrutura análoga a das organizações não-governamentais (ONG's), são associações e comissões que participam ativamente nos acampamentos de luta pela terra; e as instituições legais juridicamente (por exemplo, os sindicatos) que também participam da luta pela terra. Agrupei estes três grupos na expressão: movimentos/organizações/instituições.

no federal. Muitas vezes por não terem sido encontrados ou pela própria situação vivida por estes movimentos que possuem poucos militantes inseridos no movimento de luta pela terra, não possuindo acampamentos ou assentamentos organizados. Há, também, os grupos independentes dos movimentos/organizações/instituições de luta que não foram computados pelo governo. Por isso, acredito na existência de um número maior de movimentos, organizações e instituições do que aqueles expostos a seguir..

A necessidade de mostrar estes sujeitos coletivos que se unem para lutar em prol da reforma agrária em movimentos/organizações/instituições indica um contexto no qual a espacialização da luta pela terra esta inserida efetivamente na conjuntura política, social e econômica do campo brasileiro, principalmente durante o período do Governo Fernando Henrique Cardoso. A espacialização dos movimentos de luta impôs, a quase todas as organizações, instituições e movimentos atuantes no campo, a necessidade de se re-estruturarem, o mínimo que for, para iniciarem formas estratégicas de combate ao latifúndio e a miséria do trabalhador rural sem terra.

A ocupação de terras tornou-se a estratégia mais combativa e eficaz utilizada por estes movimentos/organizações/instituições na conquista de seus objetivos. As famílias de trabalhadores rurais passam a ter consciência de que sem o enfrentamento direto do problema, dificilmente conseguirão realizar seus sonhos representados na possibilidade de uma vida autônoma na conquista de sua própria terra. É claro que a ocupação de terra não é novidade como forma de luta, a novidade é a sistemática utilização dessa estratégia pela grande maioria dos movimentos/organizações/instituições como forma de reivindicação. Hoje são sindicatos, federações, centrais, comissões, conselhos, associações, sociedades e grupos organizando famílias acampadas em todo o Brasil, junto aos movimentos sociais e as agremiações independentes.

Há uma notável mudança qualitativa das or-

ganizações de trabalhadores rurais, antes preocupadas apenas com as questões trabalhistas e com o assistencialismo a estes trabalhadores. Agora passam a organizar movimentos, ocupações ou acampamentos de sem terra.

Os movimentos sociais no campo são definidos e ganham uma identidade atualmente por realizarem ocupações de terras e organizarem acampamentos, diferente das organizações e instituições (sindicatos, federações etc.) que estavam historicamente preocupadas com outras dimensões dos problemas do trabalhador rural. A maioria das vezes estes movimentos nascem a partir de práticas combativas como a da ocupação de terras por famílias miseráveis, explicitando a face trágica que a estrutura fundiária brasileira proporcionou. A ocupação e/ou a organização dos acampamentos definem os movimentos neste contexto. Isto não quer dizer que outras organizações não se utilizem da tática da ocupação nas suas estratégias de luta.

REGIÃO NORTE

Ao analisarmos os dados referentes à região Norte constata-se uma grande quantidade de movimentos/organizações/instituições atuando separados e ao mesmo tempo na luta pela terra. No Estado do Amazonas há a presença do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que em nada tem haver com as organizações das famílias de camponeses sem terra, embora lutam por terra para a demarcação das áreas indígenas. O mesmo acontece no Acre com a União das Nações Indígenas do Acre e Sul da Amazônia (UNI). Nos Estados do Pará e do Acre há a presença da organização dos seringueiros (Conselho Nacional dos Seringueiros) que também lutam por terra (reservas extrativistas) para sobreviverem enquanto tal.

Uma peculiaridade que pode abarcar diversas interpretações está na presença de sindicatos de trabalhadores urbanos e funcionários públicos, historicamente alheios aos problemas do campo, na orga-

nização da luta pela terra. É o caso do Sindicato dos Trabalhadores do Servidor Público Federal (SINDSEP) e do Sindicato dos Trabalhadores da Educação (SINTEAC) no Estado do Acre. Uma aproximação que se pode fazer para interpretar esse fenômeno estaria na constatação de inúmeros sindicatos (rurais e urbanos) passaram a apoiar efetivamente os movimentos sociais no campo na última década. Muitos desses sindicatos apóiam sistematicamente as ações dos movimentos, patrocinando as ocupações de terra, financiando o transporte para a ocupação, cedendo as lonas para a construção do acampamento, doando alimentos e remédios às famílias e disponibilizando a infraestrutura do sindicato (telefone, fax, xerox, salas para reuniões, veículos) para o movimento ou para as famílias organizadas independentemente. Há, também, a possibilidade de lideranças dos sindicatos participarem como organizadores das ocupações realizadas. Por estes fatos, muitas vezes, as famílias de sem terra se identificam com os sindicatos, levantando a sua bandeira na luta.

No trabalho de campo realizado na região do Triângulo Mineiro constatei um apoio sistemático do Sindicato dos Servidores da Saúde de Minas Gerais e do Sindicato dos Correios ao Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST). Estes sindicatos patrocinarão a compra de lonas e remédios para as famílias e a gasolina para o deslocamento das lideranças após a ocupação. A liderança do sindicato dos servidores da saúde participava ativamente nas discussões das propostas do movimento, embora não tenha participado da ocupação. Nesse caso a bandeira do sindicato não substituiu a bandeira do movimento. O sindicato era visto por todos apenas como um aliado.

Retornando a análise dos dados, a região Norte é a região brasileira com o menor número de ocupações de terras no período de 1990 a 1999, período este em que a estratégia da ocupação espacializou-

se nacionalmente. Dados da CPT indicam que na região Norte ocorreram apenas 212 ocupações durante os anos de 1990 a 1999, enquanto houve um total de 2.276 ocupações no Brasil².

Por outro lado, está é a região com o maior número de movimentos/organizações/instituições atuando na organização da luta pela terra. São vinte e dois movimentos/organizações/instituições. Os Estados do Acre e do Pará destacam-se. No Acre os conflitos pela terra se concentram na região da capital Rio Branco até os municípios de Xapuri e Brasiléia. Esta região, marcada pelos conflitos de terra, teve projeção mundial com a figura de Chico Mendes, importante liderança dos seringueiros e das famílias sem terra (posseiros) na luta contra o latifúndio. O assassinato de Chico Mendes, a sua repercussão, fez da revolta destes sujeitos sociais a proliferação dos focos de luta pela terra neste Estado, e influenciou lideranças e movimentos de luta do Brasil inteiro. Segundo dados do INCRA, no ano de 1999, Rio Branco foi a décima terceira microrregião do país com o maior número de famílias assentadas (5.807 famílias). No Pará, das 212 ocupações ocorridas na região Norte, 112 ocorreram neste Estado.

As ocupações de terra se concentram na região do Bico do Papagaio, historicamente conhecida pelos conflitos pela terra e pelos assassinatos de trabalhadores rurais, padres, políticos, advogados e sindicalistas que organizam a luta, estendendo-se até o sul do Estado, no município de Conceição do Araguaia. A microrregião de Conceição do Araguaia teve o maior número de famílias assentadas (13.929 famílias) no Brasil, em 1999 e Marabá, região do Bico do Papagaio, foi o município com o maior número de assentamentos (50 assentamentos), nesse mesmo ano, em todo o país. Eldorado dos Carajás, município onde aconteceu o brutal massacre de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 17 de abril de 1996, foi o décimo terceiro município do país com o maior número de

² Dados compilados até Abril de 1999.

assentamentos no ano de 1999³.

A grande quantidade de movimentos/organizações/instituições de luta pela reforma agrária e por justiça social no campo nesta região caracterizada pela violência constante contra os trabalhadores rurais, mostra que a luta pela terra tende a resistir e se espacializar cada vez mais.

REGIÃO NORDESTE

A região Nordeste era a terceira região com o maior número de movimentos/organizações/instituições atuando no campo. São vinte os movimentos, organizações e instituições computados pelo INCRA. Segundo o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)⁴ no período entre 1995 a 1999 o "Nordeste foi a região com os maiores números, tanto de ocupações como de famílias, sendo que somente no Estado de Pernambuco ocorreram 41% da ocupações com 33% das famílias da região". Na verdade o Nordeste foi a região na qual ocorreu o maior número de ocupações neste período. Foram 755 ocupações, seguido pela região Sudeste com 359 ocupações e pelo Centro-Oeste com 323 ocupações, num total de 1.855 ocupações por todo o Brasil.

Estendendo o período entre 1990 a 1999, o Nordeste foi, também, a região com o maior número de ocupações no Brasil. Das 2.276 ocupações ocorridas no país, 886 foram na região Nordeste. Os Estados da Bahia, no médio Vale do São Francisco, e de Pernambuco, na Zona da Mata, são os que mais se destacam. Na Bahia, estado caracterizado por uma das mais desiguais distribuições de renda e de terras do país, são 11 movimentos/organizações/instituições atuando na luta pela terra. É o segundo maior estado desta região em números de ocupações (144 ocupações) neste período. O Pernambuco caracteriza-se por ser um estado onde

a demanda por terra vem aumentando na medida que a grande indústria açucareira passa por uma constante crise financeira causando desemprego aos sujeitos que trabalhavam no corte e processamento da cana. As ocupações das áreas dos grandes canaviais e das áreas das usinas são frequentes em Pernambuco.

Embora haviam apenas três movimentos/organizações/instituições agindo atualmente em Pernambuco, é o estado com o maior número de ocupações no Brasil. Foram 336 durante o período analisado. É um dos estados em que o MST está mais organizado, realizando inúmeras e massivas ocupações de terras, o que certamente, influencia na posição do estado com maior número de ocupações do país durante o período 1990 a 1999.

A presença da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) no Estado do Maranhão como entidade organizadora de luta pela terra, indica, o que coloquei na análise dos dados da região Norte, uma efetiva espacialização do combate ao latifúndio, ou seja, entidades que em tese nada teriam para contribuir na resolução dos problemas do campo brasileiro, hoje atuam organizando acampamentos de luta pela terra.

Outras duas entidades atuantes no Nordeste chamam a atenção para caracterizar a complexidade que a organização da luta por reforma agrária vem tomando. A presença do Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC) no Estado de Sergipe, entidade da Igreja Católica que atua como dissidência da Comissão Pastoral da Terra (CPT), aponta disjunções na organização da luta numa instituição formada pela Igreja Católica para assessorar os trabalhadores rurais. No Estado da Bahia a presença da Comissão Estadual dos Assentados (CETA) indica que a luta pela terra não acaba para alguns sujeitos ao conquistarem o seu lote em um projeto de assentamento, alguns continuam organizando a luta como militan-

³ Fonte de dados: DATALUTA - Banco de Dados de Luta pela Terra - organizado pela UNESP e pelo MST.

⁴ Núcleo vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Campus Presidente Prudente.

tes ou lideranças de movimentos sociais⁵ ou formando novas organizações de apoio as famílias sem terra.

REGIÃO CENTRO-OESTE

Como na região Nordeste, a região Centro-Oeste sofreu uma intensificação nos conflitos pela terra na segunda metade da década de 90. Foram 323 ocupações de terra entre 1995 a 1999, contra 71 ocupações no período de 1990 a 1994. Analisando o período entre 1990 a 1999 o Centro-Oeste é a região com o segundo maior número de ocupações de terra no Brasil, foram 424 ocupações das 2.276 ocorridas no país. Segundo Fernandes (1999) neste período o MST investiu na sua institucionalização principalmente no Distrito Federal e no Mato Grosso.

São dez movimentos/organizações/instituições atuando na região Centro-Oeste atualmente. O Distrito Federal possui cinco movimentos/organizações atuando separadamente devido a sucessivos "rachas"⁶ no MST.

REGIÃO SUDESTE

A região mais desenvolvida economicamente no país é a segunda região com o maior número de movimentos/organizações/instituições em luta pela terra. O Sudeste possuía 21 movimentos/organizações/instituições atuando, sendo que o Estado de São Paulo apresentava o maior número destes atuando no Brasil.

Com a espacialização da luta pela terra e com o surgimento de inúmeros movimentos sociais no campo, principalmente a partir de 1995, nesta região ocorreu um expressivo crescimento das ocupações de terra. Entre 1995 a 1999 ocorreram na região Sudeste 359 ocupações contra 52 ocupações ocorridas no período de 1990 a 1994. Nos dados compilados pelo

Núcleo de Estudos, Pesquisas, e Projetos de Reforma Agrária (NERA) o Sudeste aparece como a terceira região com maior número de ocupações na década de 90. Foram 411 ocupações de terra das 2.276 ocorridas no país entre 1990 a 1999.

A microrregião de Presidente Prudente onde se localiza o Pontal do Paranapanema, com mais de um milhão de hectares de terras griladas, destaca-se na análise dos números de ocupações e movimentos sociais no campo. Presidente Prudente foi em 1999 a segunda microrregião com maior número de assentamentos no Brasil, devido as intensas ocupações ocorridas.

A presença da Animação Pastoral Rural (APR), que é uma dissidência da Comissão Pastoral da Terra (CPT), como entidade organizadora da luta pela terra no Estado de Minas Gerais, aponta, novamente, disjunções internas a Igreja Católica no apoio a luta pela terra. A presença da Comissão de Assentamentos do Estado do Espírito Santo (COMASSES) indica a continuação da luta alavancada por organizações de assentados independentes dos movimentos sociais.

A análise dos dados do Estado de São Paulo coletados pela Fundação Instituto de Terras (ITESP) mostram uma nova face da luta com a multiplicação dos acampamentos independentes neste contexto⁷. A comparação os dados de 1999 com os dados coletados em 2001, é interessante.

Concomitantemente ao aumento do número de ocupações e de movimentos sociais no campo no Estado de São Paulo, o número de acampamentos também aumentou. Em 1999 eram 63 acampamentos com sete movimentos/organizações/instituições⁸ existentes, aumentando em 2001 para 69 acampamentos com treze movimentos/organizações/instituições atuando neste Estado.

No Gráfico 1 nota-se um expressivo número de acampamentos organizados por um novo movimento social no campo fundado em 1998. Neste ano o Movi-

⁵ Situação corriqueira no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

⁶ Neste contexto de luta pela terra, a palavra racha significa conflitos internos no movimento social envolvido. Principalmente, confrontos entre lideranças provocam a separação do grupo e a formação de um novo movimento ou de acampamentos independentes

⁷ Não existem dados coletados pelo Governo Federal através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ou do Ministério de Desenvolvimento Agrário sobre a quantidade dos acampamentos e grupos independentes existentes no Brasil.

⁸ Nos dados coletados pelo INCRA para o Estado de São Paulo não esta computada a presença dos grupos independentes.

mento dos Agricultores Sem Terra (MAST) aglutinou grande parte dos movimentos isolados existentes no Estado de São Paulo, mais especificamente na região do Pontal do Paranapanema, somando todos os acampamentos já formados por estes movimentos. No Gráfico 2 constatamos uma diminuição dos acampamentos organizados por este movimento. Segundo técnicos da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo famílias sem terra deixam os acampamentos do MAST quando é cobrada deles taxas para permanecerem no acampamento, cobram também das famílias a carteirinha de filiação ao movimento.

Comparando os dados sobre o MST presentes nos Gráficos 1 e 2 constatamos, também, uma diminuição do número de acampamentos. Dos 27 acampamentos organizados por este movimento em 1999 passaram a organizar 21 acampamentos em 2001. Penso que há quatro hipóteses simultâneas para interpretar essa diminuição dos acampamentos organizados pelo MST, num contexto no qual este movimento espacializa-se dada vez mais em território nacional.

A primeira hipótese estaria nos resultados obtidos pela repressão organizada pelo governo federal ao MST, principalmente durante o segundo mandato presidencial (1998 a 2002) do então presidente Fernando Henrique Cardoso. O governo investiu uma massiva propaganda ideológica vinculada pela mídia nacionalmente contra os movimentos sociais no campo que realizam ocupações de terra. O sucessivo surgimento de projetos de reforma agrária propagandeados pelo governo junto a tática de descaracterização e satanização dos movimentos sociais estariam tendo efeito no afastamento das famílias aptas a se tornarem militantes destes movimentos. A segunda hipótese, como consequência da primeira, estaria na formação por famílias de sem terra de grupos independentes aos movimentos sociais, diminuindo, por exemplo, o número de acampamentos e de famílias organizadas pelo MST. A repressão comandada pelo governo federal estaria afastando estas famílias dos movimentos sociais mas, mesmo assim, estes sujeitos estariam se organizando para lutar pela terra.

A terceira hipótese estaria na constatação de sucessivos rachas internos ao MST que teriam como resultados imediatos a divisão e diminuição dos acampamentos organizados por este movimento.

A quarta hipótese, a menos provável para aquele período, estaria na diminuição dos acampamentos organizados pelo MST devido a realização pelo governo federal dos assentamentos de reforma agrária. Já que, por exemplo, no Estado de São Paulo não ocorreu nenhuma desapropriação de terra para o assentamento de famílias acampadas em 2001, contrariando esta hipótese.

É interessante buscar interpretações, ao analisar os Gráficos 1 e 2, na constatação de um novo fenômeno surgido neste contexto de espacialização da luta pela terra: a multiplicação dos grupos independentes. No Estado de São Paulo enquanto o MAST e o MST diminuíram o número de acampamentos organizados por estes no período de 1999 a 2001, os grupos independentes dobraram no número de acampamentos. Dos 9 acampamentos independentes existentes em 1999 passaram para 20 acampamentos independentes em 2001. Os grupos independentes possuíam apenas um acampamento a menos do que o MST nos dados até o mês de junho de 2001.

Segundo técnicos da mediação de conflitos fundiários do ITESP este fenômeno ocorre devido aos sucessivos rachas nos movimentos sociais. Muitos dos acampamentos independentes do Estado de São Paulo foram, num momento, organizados por um movimento social. Após conflitos ocorridos internamente ao acampamento, grupos de famílias se desligam do movimento, organizando-se independente. Alguns dos acampamentos independentes expostos no Gráfico 2 já foram ligados ao MST, MAST e MRTB.

Para a interpretação do crescimento no número de acampamentos independentes que nunca foram ligados a nenhum movimento/organização/instituições de luta pela terra vejo duas hipóteses. Antes, é necessário expormos, que todos os acampamentos independentes

possuem representantes para continuar na luta, ou seja, entidades como um sindicato, uma federação, uma ONG's, a igreja e até políticos locais dão assistência a estas organizações.

A primeira hipótese explicativa do surgimento de grupos independentes estaria representada pelos resultados obtidos pelo governo federal na intensa repressão aos movimentos sociais. Por isso, as famílias sem terra não estariam mais travando contatos com estes movimentos. O movimento passa a ser visto pelas famílias sem terra como um grande perigo. Aqui estaria a segunda hipótese, a construção do medo pelas ações do governo federal. Por um lado uma massiva propaganda de descaracterização e criminalização dos movimentos sociais no campo, e por outro a propaganda de realização da reforma agrária "sem conflitos" pelo governo FHC. Projetos como o Cadastro Rural no qual a reforma agrária aconteceria pelo correio, ou seja, as famílias de sem terra se escrevem pelo correio para conseguirem um lote de terras na região escolhida por eles ou o projeto Banco da Terra no qual as famílias se organizariam independentemente dos movimentos sociais para comprar a terra escolhida por eles mesmos com o financiamento do governo, estaria levando o afastamento destas famílias dos movimentos sociais no campo⁹.

A análise do número de famílias acampadas no Estado de São Paulo nos anos de 1999 e 2001 traz aspectos interessantes.

Embora tenha aumentado o número de acampamentos e o número de movimentos/organizações/instituições atuantes no campo paulista, o número total de famílias acampadas diminuiu de 6.264 famílias para 5.404 famílias acampadas, contabilizando uma diminuição total de 860 famílias entre 1999 a 2001. Movimentos como o MST e o MAST e instituições como a CPT diminuíram a quantidade de famílias organizadas por eles. A diminuição mais expressiva está na quantidade de famílias organizadas pelo MST, das 3.522 famílias organizadas em acampamentos deste movimento

em 1999 ocorreu a diminuição para 2.107 famílias acampadas em 2001. Totalizando uma queda de 1.415 famílias militantes do MST, ou seja, 40%

O único dado que indica o aumento de famílias acampadas corresponde aos acampamentos dos grupos independentes. Se o número de acampamentos independentes dobrou, como aparece nos Gráficos 1 e 2, o número de famílias com organização independente triplicou entre os anos de 1999 a 2001. Das 239 famílias independentes em 1999 passaram para 862 famílias que não estão ligadas a nenhum movimento/organização/instituição de luta pela terra, contabilizando um aumento de 623 famílias.

A diminuição expressiva de famílias organizadas pelo MST e o aumento das famílias organizadas independentemente reforça a tese de que as disjunções ocorridas internamente aos movimentos/organizações/instituições de luta estão gerando grupos independentes. Estes conflitos internos vêm aumentando a quantidade de movimentos sociais e de grupos independentes de luta pela terra, dividindo e realocando as famílias sem terra pelos movimentos/organizações/instituições existentes. Mas, este fato não explica a diminuição total do número de famílias acampadas no Estado de São Paulo. Talvez as hipóteses propostas indicando possíveis causas para o afastamento de famílias que anseiam conseguir lotes de terra para trabalharem dos movimentos sociais expliquem esta realidade.

REGIÃO SUL

O Sul é a região possuía o menor número de movimentos atuando no campo entre as regiões do país. São 7 movimentos/organizações/instituições existentes nesta região, enquanto existem 10 movimentos/organizações/instituições no Centro-Oeste, 20 na região Nordeste, 21 no Sudeste e 22 na região Norte. Certamente este fato se explica pela forte influência que o MST tem na organização da luta pela terra no Sul do Brasil. Foi no Rio Grande do Sul onde o MST nasceu e

⁹ No ano de 2001 a grande maioria das propagandas do governo federal vinculadas nacionalmente pelas redes de televisão eram do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Uma delas afirmava que "se as porteiras estavam abertas pelo governo, porque pular a cerca" visando, claramente, a desmobilização dos movimentos sociais no campo.

se desenvolveu. As principais lideranças deste movimento são sulinos e os assentamentos que obtiveram mais sucessos em experiências gestadas pelo MST estão nesta região. Além disso, outros movimentos, que segundo o INCRA atuam na região, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) estão muito próximos da organização do MST, realizando diversas ações de protesto conjuntamente. Por isso, não existem muitos movimentos/organizações/instituições atuando e nem dissidências ou novos movimentos produtos de conflitos internos no campo sulista.

Embora tenha aumentado o número de ocupações nesta região entre a primeira e a segunda parte da década de noventa (de 91 para 282 ocupações de terra), neste período a região Sul esteve marcado por uma diminuição no número de ocupações realizadas pelos movimentos/organizações/instituições em comparação com os dados de todas as demais regiões brasileiras. Enquanto esta era a segunda região que mais ocorria ocupações de terra na primeira parte da década de noventa (1990 a 1994), passou a ser a penúltima região em números de ocupações na segunda parte desta década (1995 a 1999). É possível que esta diminuição relativa no número de ocupações desta região corresponda à mudança de estratégias do Movimento Rural dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Outras regiões do Brasil passam a ser lugares estratégicos para as ações do MST como, por exemplo, o Pontal do Paranapanema e a Zona da Mata Pernambucana. A espacialização do MST toma um caráter nacional na década de noventa e os assentamentos conquistados passam a ter uma especial preocupação por parte do movimento nas questões de organização e comercialização da produção, principalmente no Sul do país.

A espacialização do MST pelo Brasil vem contribuindo com o aumento do número de movimentos/organizações/instituições atuando no campo. Seja os movimentos que surgem a partir de dissidências internas ao MST ou os movimentos/organizações/instituições que a partir do exemplo dado pelo MST na orga-

nização da luta pela terra surgem ou começam a praticar ações que a princípio seriam de combate ao latifúndio improdutivo e a miséria do trabalhador rural.

O Gráfico 5 nos mostra a divisão do número de movimentos/organizações/instituições por Estado da federação, resumindo os quadros expostos anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: algumas hipóteses

João Pedro Stedile, talvez a principal liderança do MST, em entrevista realizada por Bernardo Mançano Fernandes (1999, p. 35) expõe a posição deste movimento frente ao contexto do aparecimento de diversos novos movimentos/organizações/instituições no campo brasileiro:

estão aparecendo agora vários movimentos de luta pela terra, motivados talvez pelo espaço que a reforma agrária ganhou na mídia. Nunca tivemos a pretensão de ser o único movimento nem os donos da verdade. Nem por isso deixaria de dizer que esses movimentos não irão longe se não derem um salto qualitativo na sua luta. Acabam no momento em que conquistarem a terra, ou o crédito agrícola ou o líder se eleger vereador, por que eles existem para atender aos interesses pessoais, corporativos.

Não temos ainda sistematizados os diversos fatores que levaram ao surgimento de vários movimentos sociais. Estamos ainda tratando de hipótese. Desde o início do MST ocorreram lutas localizadas pela terra. Um com mais famílias, outras com menos. Interpretávamos como legítimos os movimentos que ajudavam resolver os problemas imediatos dessas populações. A explicação teórica é que a luta pela terra tem ainda um grande componente corporativista, o que não nos deixa preocupados, mas sim sensibilizados. Era uma pena que a maioria desses movimentos mantivessem um caráter corporativo, que não leva a nada [...] Mais recentemente, de 1995 para cá, estão proliferando mo-

vimentos com base no oportunismo de direita e de esquerda. O oportunismo de direita ocorre nesses movimentos localizados que estão acontecendo mais em São Paulo, onde o liderzinho resolve tirar proveito de seu rebanho. O cara só quer benefícios próprios ao se autodenominar líder de 50 famílias. O mesmo vale para o vereador ou prefeito que sonha em ter um curral eleitoral (p. 118-119).

Por fim, pode-se propor algumas hipóteses explicativas para o complexo contexto da luta pela terra:

- Simplesmente estes movimentos surgem a partir de dissidências (rachas) internos a um movimento, podendo este rompimento ocorrer devido a oposições ideológicas e a diferenças de posição diante as formas de ação e atuação do movimento em luta, por lideranças ou por parte das famílias envolvidas. Como exemplo, a formação do Movimento dos agricultores Sem Terra (MAST) que aglutinou diversos pequenos movimentos que surgiram de conflitos internos no MST.

- A reforma agrária está acontecendo devido à existência e ação dos movimentos sociais no campo, conseqüentemente há a formação de novos movimentos constituídos por trabalhadores rurais e camponeses que vêm na organização destes trabalhadores perspectivas de conquistar a terra. Podemos exemplificar esta hipótese com os princípios de qualquer movimento no campo, que vê na sua organização e atuação, hoje, a possibilidade de conquista de seu maior objetivo: a terra.

- Junto à está hipótese proposta anteriormente, também podemos conceber a formação destes novos movimentos como produtos da espacialização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST).

- O governo está realizando a reforma agrária com base na "indústria das desapropriações", ou seja, com a brutal queda no preço da terra, desde a implantação do plano real, a elite agrária e a elite industrial possuidoras de terras vêm nas desapropriações de suas áreas a única possibilidade vender suas terras a preços

altos (supervalorização) ao governo, ampliando o seu capital¹⁰. Este contexto de desapropriações sucessivas feitas pelo governo acaba influenciando na formação de novos movimentos, que podem, até serem formados a partir de iniciativas de latifundiários, como foi a formação do - MBST - Movimento Brasiliense dos Sem Terra:

o fazendeiro Eufrazio Pereira Luis pagou, em janeiro, R\$ 22,3 mil para que 1.500 famílias de sem terras invadissem a sua propriedade, no sul do Pará, com o objetivo de levar o governo a desapropriar a área. A desapropriação da fazenda Cristalino seria um grande negócio para Pereira Luis. Há três anos, ele pagou R\$ 20 milhões pela área de 139,3 mil hectares em Santana do Araguaia (PA), quase o tamanho da cidade de São Paulo (149,3 mil hectares). Hoje, se a União adquirisse as terras, ele receberia R\$ 40 milhões, segundo a avaliação feita pelo INCRA [...] Os R\$ 23, 3 mil da invasão foram dados a Eunício Alves, presidente de um grupo obscuro, o MBST... (Folha de São Paulo, 27/09/1999)

- Estes novos movimentos surgem a partir de "modismos de ação", formando uma oposição a tudo que esteja fora dele, tendo como o objetivo a verdadeira realização da reforma agrária ou não. Isto é, os novos movimentos e suas lideranças vêm as sucessivas ocupações (acampamentos) e desapropriações (assentamentos) como algo que esteja na "moda" e que pode dar certo, por isso formam novos movimentos, que, quase sempre, tem como principal inimigo o MST.

- Os novos movimentos surgem aliados a motivos escusos, como por exemplo: o retalhamento da luta pela reforma agrária (movimentos organizados pelo governo ou por grandes fazendeiros) ou com o objetivo de captação de recursos monetários governamentais para outros fins, que não seja o da reforma agrária¹¹. O Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST)¹² está bem próximo desta hipótese.

¹⁰ A desapropriação destas áreas, muitas vezes, são pagas pelo governo federal com as TDA's (Títulos da Dívida Agrária) sendo que estes títulos podem ser usados pela elite agrária e industrial na compra de estatais, pelas privatizações.

- Esses novos movimentos surgem formados ou aliados a sindicatos, partidos políticos e a líderes/militantes políticos de oposição ao governo atual. Tomo como exemplo a formação do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), pois sua gênese está intimamente ligada ao papel político de seus líderes.

- Os novos movimentos surgem a partir da crise econômica e social materializada na miséria e no desemprego urbano. Bóia-frias ou pessoas que vivem nas periferias da cidade, em condições de vida precárias, vêm no acesso à luta pela terra ou no retorno à terra a única perspectiva de melhoria das suas condições de vida. Por isso, entram na luta pela terra, constituindo velhos ou formando novos movimentos.

A espacialização e o processo de territorialização destes novos movimentos são uma incógnita, pois para muitos deles a existência enquanto movimento não se realiza efetivamente. Os movimentos são embrionários, pequenos, de pouca ou nenhuma ação prática. Alguns possuem acampamentos ou assentamentos próprios, mas na maioria das vezes, surgem de um acampamento ou assentamento já organizado, não participando do processo de formação da luta. Existe uma parte destes movimentos que possuíam apenas alguns militantes espalhados por diversos assentamentos ou acampamentos mistos¹³.

Junto a estas hipóteses levantadas, há um complexo intercruzamento de fatos e posições envolvendo a existência e interpretação destes novos movimentos/organizações/instituições que surgiram e continuam surgindo constantemente.

A posição do governo FHC que implicitamente apoiava a formação de novos movimentos com o objetivo de fragmentar a luta, fragmentando assim o movimento de maior força e repercussão no país: o MST. Como exemplo, explicitarei uma frase pronunciada pelo Ministro da Política Fundiária, Raul Julgman, no dia de lançamento do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST): "Eles propõem um diálogo com o governo, e

o governo está sempre de porta aberta para quem quer dialogar" (Folha de São Paulo, 26/08/1997).

A mídia também tenta fragmentar as ações do MST, colocando todos os novos movimentos que surgem atualmente como opositores ou rivais ao MST, como na manchete: "Rival do MST volta a invadir" (Folha de São Paulo, 22/09/98). Já o MST vê a formação destes novos movimentos como ações divisionistas da luta pela terra formada pelo governo ou como movimentos formados por lideranças preocupadas com interesses pessoais. Por fim, os novos movimentos se colocam como uma força a mais na luta pela conquista da terra, embora, quase sempre, opostos ao MST.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra. Presidente Prudente. In: Série Estudos, n° 3, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, 2000.

FERNANDES, Bernardo M. **MST: movimento dos trabalhadores rurais sem terra, formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo : Hucitec, 1996.

_____. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro: Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - 1979-1999**. São Paulo: Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

_____. **Movimento Social como Categoria Geográfica**. In: Terra Livre, n° 15. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2000.

FERNANDES, Bernardo M. & STEDILE, João P. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

GÖRGEN, Frei Sérgio A. **A Resistência dos Pequenos Gigantes: A luta e a organização dos pequenos agricultores**. Petrópolis: Vozes, 1998.

INCRA/Crub/Unb. **Primeiro Censo de Reforma Agrária no Brasil (1996)**. In: Revista de Estudos Avançados (São Paulo/USP), v. 11, 1997.

INCRA. Livro Branco da Grilagem de Terras. www.incra.gov.br. Acesso em: 10/06/1999.

¹¹ No Norte e no Nordeste há a simulação de acampamentos feitos por fazendeiros em suas terras, para afastar o perigo de reais ocupações pelos movimentos.

¹² Movimento formado pela Social Democracia Sindical (SDS), central sindical que tinha na sua estrutura de direção pessoas filiadas ao PSDB, partido governista naquele momento.

¹³ Acampamentos ou assentamentos mistos são aqueles divididos por duas ou mais entidades ou movimentos sociais organizativos

INCRA. Livro Branco das Superindenizações. www.incra.gov.br. Acesso em: 10/06/1999.

ITESP. **Mediação no Campo:** estratégias de ação em situações de conflito fundiário. São Paulo: Série cadernos Itesp/Secretaria da justiça e da defesa da cidadania. no 6, 1998.

MST. Número de Acampamentos no Brasil. www.mst.org.br. Acesso em: 20/05/2000.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio. **O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e as Contradições da Luta pela Terra no Brasil:** São Paulo. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **O Estopim dos Movimentos Sociais no Campo.** São Paulo: Trabalho de Graduação Individual. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

NEAD -(Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Análise da dados da luta pela terra** . disponível em: www.nead.org.br. Acesso em: 16/10/2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A longa marcha do campesinato brasileiro:** movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: Revista Estudos Avançados, nº 43. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2000.

Quadro 1. Movimentos/Organizações/Instituições de luta pela terra no Brasil na Região Norte - 2001¹⁴

ESTADOS	MOVIMENTOS/ORGANIZAÇÕES/INSTITUIÇÕES
Amapá	Central Única dos Trabalhadores (CUT); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá (SINTRA)
Amazonas	Federação dos Trabalhadores Agrícolas (FETAGRI); Comissão Pastoral da Terra (CPT), Grupo de Trabalho Amazonense (GTA); Comissão Indigenista Missionária (CIMI)
Pará	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), Central das Associações de Trabalhadores Rurais de Marabá, Redenção, Itupiranga e Conceição do Araguaia; Conselho dos Trab. Rurais de Conceição do Araguaia(CATRUMCA); Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Movimento de Luta pela Terra (MLT); Federação das Associações dos Produtores dos Estados do Pará e Amapá (FAERPA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Brasileiros (MTRB), Movimento Brasileiro Sem Terra (MBST)
Acre	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); Sindicato dos Trabalhadores do Servidor Público Federal(SINDSEP); Sindicato dos Trabalhadores da Educação (SINTEAC); Sindicato dos Pequenos Agricultores e Assalariados(SINPASA); Federação da Agricultura do Estado do Acre (FAEAC); Federação dos Trab. na Agricultura do Estado do Acre(FETACRE); União das Nações Indígenas do Acre e Sul da Amazônia (UNI)
Rondônia	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento Camponês Corumbiara (MCC); Comissão Pastoral da Terra (CPT)
Tocantins	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR)

Não existem movimentos ou organizações de luta pela terra no Estado de Roraima.

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - 2001.

Org. Marco Antonio Mitidiero Junior.

¹⁴ Todos os movimentos/organizações/instituições expostos neste quadro e nos quadros a seguir organizam ocupações e/ou acampamentos de luta pela reforma agrária.

Quadro 2. Movimentos/Organizações/Instituições de luta pela terra no Brasil na Região Nordeste - 2001

ESTADOS	MOMENTOS/ORGANIZAÇÕES/INSTITUIÇÕES
Maranhão	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA); Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST)
Piauí	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG)
Ceará	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE); Comissão Pastoral da Terra (CPT)
Rio Grande do Norte	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Federação dos Trab. Rurais do Estado Rio Grande do Norte(FETARN); Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST)
Paraíba	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande; Federação dos Trab. na Agricultura (FETAG); Central Única dos Trabalhadores(CUT)
Pernambuco	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE); Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST)
Alagoas	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Trabalhadores (MT); Comissão Pastoral da Terra (CPT)
Sergipe	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Federação dos Trab. na Agricultura do Estado de Sergipe(FETASE); Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC)* Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST);
Bahia	Movimento de Luta pela Terra (MLT); Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST); Comissão Estadual dos Assentados (CETA); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Movimento dos Carentes Sem Terra (MCST); Movimento pela Terra (MIPT); Fundação do Desenvolvimento do São Francisco(FUNDFRAN), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mata de São João, Bom Jesus da Lapa, São Félix do Coribe, Feira da Mata e Cairnhã; Organização Terra e Liberdade (OTL); Pólo de Unidade Sindical Camponesa (PUC)

*Dissidência da CPT.

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - 2001.

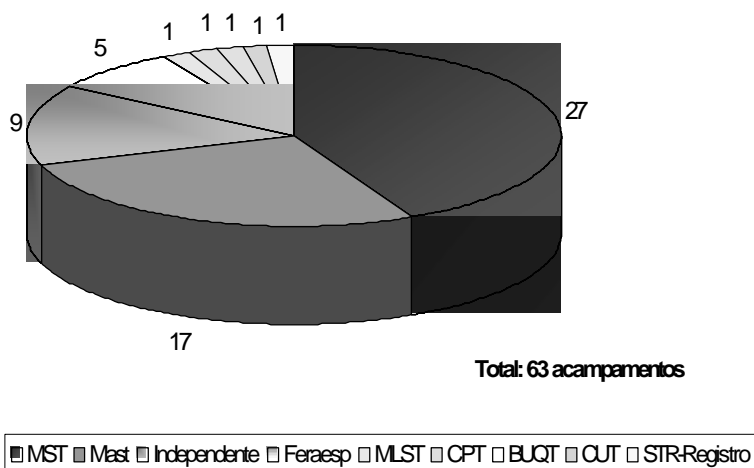
Org. Marco Antonio Mitidiero Junior.

Quadro 3. Movimentos/Organizações/Instituições de luta pela terra no Brasil na Região Centro-Oeste - 2001

ESTADOS	MOVIMENTOS/ORGANIZAÇÕES/INSTITUIÇÕES
Distrito Federal	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento Brasileiro dos Sem Terra (MBST); Movimento pela Reforma Agrária (MRA); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal (FETADF); Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MTRST)
Goiás	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Goiás (FETAEG)
Mato Grosso	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura(FETAG); Comissão Pastoral da Terra (CPT)
Mato Grosso do Sul	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura(FETAG); Movimento pela Reforma Agrária e pela Liberdade (MRAL)

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - 2001.
Org. Marco Antonio Mitidiero Junior.

Gráfico 1. Movimentos Sociais no Campo no Estado de São Paulo - Número de Acampamentos em 1999 (até o mês de junho)



Fonte: ITESP - Junho/1999.
Org. Marco Antonio Mitidiero Junior.

Quadro 4. Movimentos/Organizações/Instituições de luta pela terra no Brasil na Região Sudeste - 2001

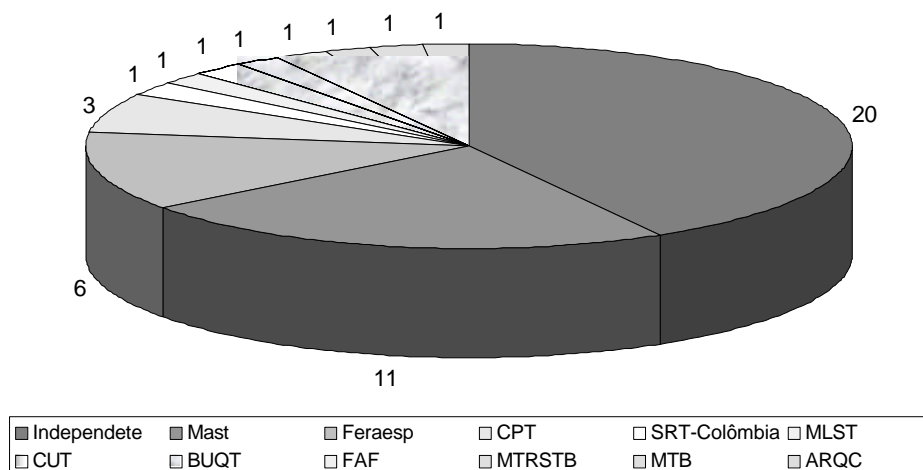
ESTADOS	MOVIMENTOS/ORGANIZAÇÕES
Minas Gerais	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST); Liga Operária Camponesa (LOC); Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), Comissão Pastoral da Terra (CPT); Animação Pastoral Rural (APR)*; Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); Movimento de Luta pela Terra (MLT); Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta (MLST de Luta)
Espírito Santo	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo (FETAES); Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTRST); Comissão de Assentamentos do Estado do Espírito Santo (COMASSES)
Rio de Janeiro	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAGRJ)
São Paulo	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST); Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra (MAST); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasil(MTRSTB); Federação dos Empregados Assalariados Rurais do Estado de São Paulo (FERAESP), Movimento Terra Brasil (MTB); Federação da Agricultura Familiar (FAF), Sindicato Rural de Colômbia (SRT-Colômbia) Associação dos Remanescentes de Quilombos de Caçandoca (ARQC); Brasileiros Unidos Querendo Terra (BUQT)

*Dissidência da CPT.

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo; Instituto de Terras de Minas Gerais - 2001.

Org. Marco Antonio Mitidiero Junior.

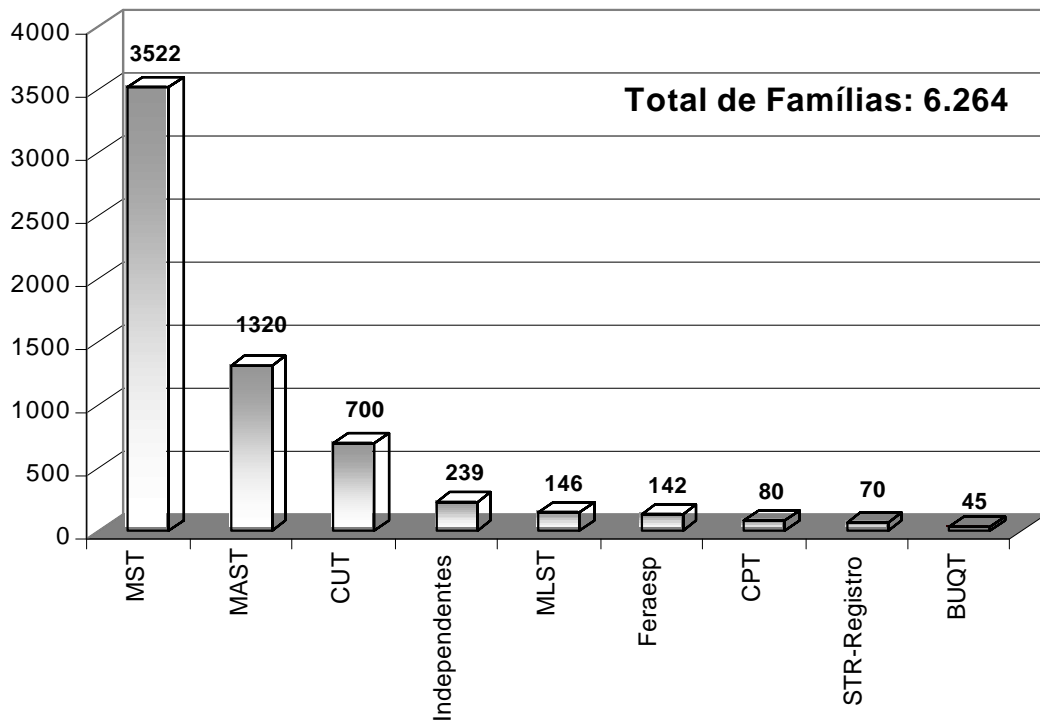
Gráfico 2. Movimentos Sociais no Campo no Estado de São Paulo - Número de Acampamentos em 2001 (até o mês de junho)



Fonte: ITESP - Junho/2001. Org. Marco Antonio Mitidiero Junior.

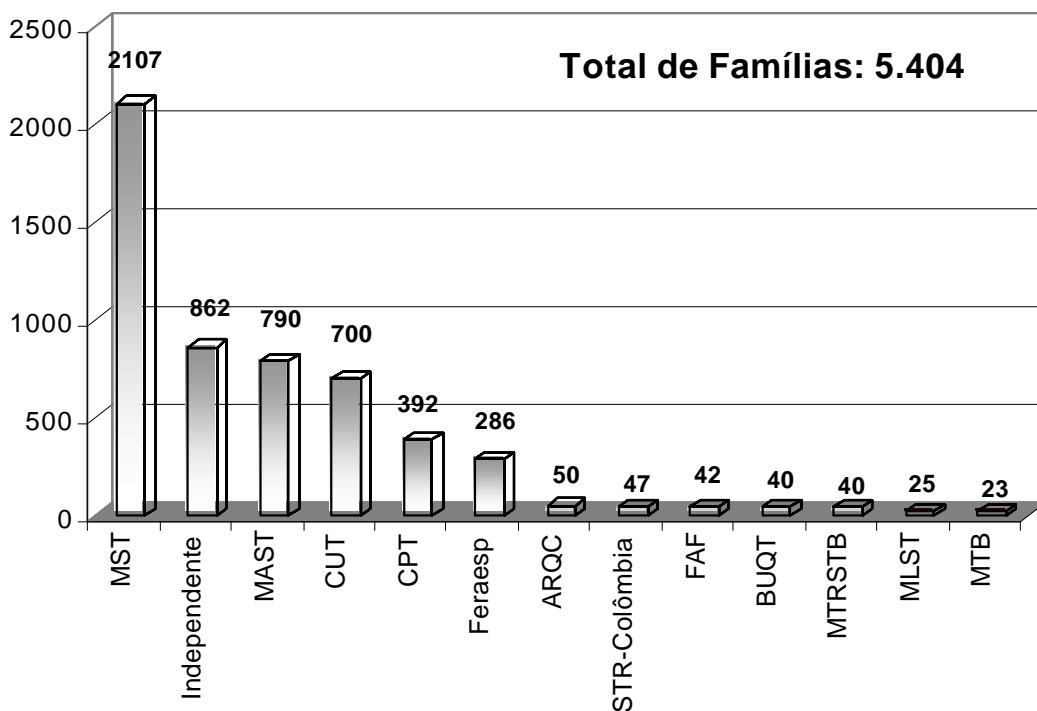
Gráfico 3: A Luta pela Terra no Estado de São Paulo - N° de Famílias Acampadas por Movimentos/Organizações em 1999 (até o mês de Junho)

Orga-



Fonte: ITESP - Junho/1999. Org. Marco Antonio Mitidiero Junior.

Gráfico 4: A Luta pela Terra no Estado de São Paulo - N° de Famílias Acampadas por Movimentos/Organizações em 2001 (até o Mês de Junho)



Fonte: ITESP - Junho/2001. Org. Marco Antonio Mitidiero Junior.

Quadro 4. Movimentos/Organizações/Instituições de luta pela terra no Brasil na Região Sul - 2001

ESTADOS	MOVIMENTOS/ORGANIZAÇÕES
Paraná	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra (MAST)
Santa Catarina	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Cooperativa Central de Reforma Agrária (CCA)
Rio Grande do Sul	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Sem Terra de Tupanciretã (MSTT); Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB)

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - 2001.

Org. Marco Antonio Mitidiero Junior.